

Executivo 3

SEGUNDA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 2008



PORTARIA Nº 0025, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2008

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas, considerando as disposições do § 3º do art. 165 da Constituição Federal; as disposições do § 6º do art. 204 da Constituição Estadual; o estabelecido no artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; a Resolução nº 16.330, de 28 de setembro de 2000, do Tribunal de Contas do Estado do Pará nos artigos 1º e 2º; e a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006, 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal – STN;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Governo do Estado do Pará, relativo ao terceiro quadrimestre de 2007, com base na execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada e registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, pelos órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 2º Nos demonstrativos consolidados constantes deste Relatório, excluímos as colunas referentes a “Restos a Pagar não Processados”, em decorrência do art. 6º da Portaria Conjunta SEFA/SEPOF nº 0351, de 06 de novembro de 2007, onde determina, no âmbito do Governo do Estado do Pará, que somente poderão ser inscritas em restos a pagar as despesas empenhadas e efetivamente realizadas até 31 de dezembro de 2007, ou seja, Restos a Pagar Processados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE
Secretário de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
	LIQUIDADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.129.009
Pessoal Ativo	2.995.953
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.070.258
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)	62.798
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	660.576
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	867
Decorrentes de Decisão Judicial	62.081
Despesas de Exercícios Anteriores	87.024
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	510.605
Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF)	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TPD (III) = (I - II)	3.468.432
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.273.309
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	55,29
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	3.763.985
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57,00%	3.575.786

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

Hélio Santos de Oliveira Góes
Diretor de Contabilidade e Gestão Fiscal

José Raimundo Barreto Trindade
Secretário Executivo de Estado da Fazenda